

**DO TER MISSÕES AO
SER MISSIONÁRIO**

Na origem do Concílio Vaticano II, existem perguntas sobre a possibilidade de comunicar a mensagem cristã ao mundo de hoje e de vivê-la com relevância para a humanidade.

Como traduzir os artigos de fé, os sinais de esperança e as práticas de solidariedade para os interlocutores “mundo” e “humanidade” que os consideram, em seu significado simbólico, incompreensíveis, em seu conteúdo, ultrapassados e, em sua aparência, folclóricos?

As respostas do Vaticano II foram além das perguntas da época.

O anúncio do Vaticano II, na festa da conversão do apóstolo Paulo, dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, tem um profundo significado simbólico.

Data, lugar e pessoa escolhidos pelo Papa João XXIII apontam para o propósito de reconstruir uma Igreja com atitude de conversão; indicam uma Igreja apostólica, cuja atividade missionária se torna responsabilidade redentora para com toda a humanidade e para uma Igreja cuja identidade não é assegurada por muros, mas que se encontra a si mesma exatamente “fora dos muros”.

Como colocar a Igreja em dia com o mundo e com uma nova consciência histórica, e inseri-la na realidade de hoje?

Inserção na realidade, consciência histórica, contemporaneidade, sem concessões aos modismos, e visão utópica delineiam o campo semântico do *aggiornamento*.

Com a eleição de João XXIII, em 1958, veio um papa que disse não precisar a Igreja de uma operação dogmática ou de mais severidade para o mundo, mas de uma oxigenização pela vida cotidiana, pela realidade histórica e pelos sinais de Deus no mundo.

A “substância da antiga doutrina do *depositum fidei*” está revestida de formulações sem chance de mediação pastoral para o mundo de hoje, dizia o Papa em seu discurso de abertura do Concílio, no dia 11 de outubro de 1962.

Prefiro, dizia o Papa, o “remédio da misericórdia” ao da “severidade”.

A Igreja precisa estar pronta para dar a razão de sua esperança, mas sempre com “mansidão e respeito” (1Pd 3,14).

O melhor convite da Igreja à conversão do mundo é o amor aos pobres nos quais encontra a presença de Cristo (cf. GS 88a; LG 8c).

O Papa João XXIII não é o criador solitário do *aggiornamento*, mas a sua expressão corajosa.

Muitas experiências proféticas de *aggiornamento* passaram, antes de João XXIII, por momentos de suspeita, de proibições e desqualificações eclesiais.

Ele tem o mérito de ter esperado na porta aberta da Igreja o retorno de muitos profetas silenciados.

A coragem profética, que não é própria das instituições, fez João XXIII convocar um concílio com seu olhar voltado para “fora dos muros”.

O *aggiornamento* exige, como todo o seguimento de Jesus, um discernimento.

O autor da Carta a Diogneto, na segunda metade do século II, comum a alusão a textos no Evangelho de São João, formulou esse discernimento assim: “Os cristãos residem no mundo, mas não são do mundo” (A Carta a Diogneto, VI.3, cf. Jo15,19; 17,11-16.).

Como as pessoas podem estar no mundo, sem ser do mundo?

Trata-se de uma presença significativa sem identificação ou acomodação.

Abertura ao mundo e inculturação no mundo, como se diria mais tarde, não solucionam todas as tensões entre Igreja e mundo.

Assumem os limites da presença dos cristãos no mundo, limites esses marcados, ao mesmo tempo, pela inserção e a não-identificação com o mundo.

Como viver a contemporaneidade secular sem ceder à secularização?

Poucos dias depois da abertura do Vaticano II, o debate sobre o *aggiornamento* se tornou bastante prático na adaptação da liturgia e na controvérsia sobre o latim como língua litúrgica e como língua franca no Concílio.

Helder Câmara já advertiu no segundo dia do Concílio que “provavelmente o latim será derrubado como língua oficial: grande número de bispos não consegue entender, sobretudo o latim falado por franceses e alemães... Virão depois as batalhas essenciais pela alteração dos esquemas”.

Ao texto definitivo do Decreto *Ad Gentes* (AG) sobre a Atividade Missionária da Igreja, de 7 de dezembro de 1965, precederam sete documentos, que permitem acompanhar as lutas pelo significado do paradigma “missão” e o processo lento da construção de um consenso sobre uma Igreja que não põe mais no centro o *ter missões*, mas o *ser missionário*.

Hoje, depois de 40 anos de caminhada pós-conciliar, a releitura dos documentos do Vaticano II, que colocou a missão no coração da Igreja, pode iluminar a reflexão teológica e reanimar a prática pastoral.

Os impulsos marcantes para a teologia da missão vieram, portanto, das constituições sobre a Igreja (*Lumen Gentium (LG)*, *Gaudium et Spes (GS)*) e a liturgia (*Sacrosanctum Concilium (SC)*), dos decretos sobre o ecumenismo (*Unitatis Redintegratio (UR)*) e a vocação dos leigos (*Apostolicam Actuositatem (AA)*) e das declarações sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae (DH)*) e as religiões não-cristãs (*Nostra Aetate (NA)*).

Também esses documentos passaram por momentos difíceis durante o Vaticano II.

Algumas das questões neles levantadas, porém, despertaram um grande interesse da opinião pública que não deixou de funcionar como um grupo externo de pressão.

Como a discussão do *De Missionibus* se beneficiou dos outros canteiros de obras do Concílio, os pressupostos missiológicos construídos durante o Vaticano II, inseparáveis de uma nova visão de Igreja que afirma a sua natureza missionária, permeiam a maior parte dos documentos.

Destaca-se uma sequência de passos que constituem o início de uma nova caminhada missionária e missiológica.

A missiologia, que era um anexo optativo ao campo da pastoral, migrou para o campo da teologia fundamental.

A missiologia como teologia fundamental tornou-se núcleo central do Vaticano II que se evidencia por meio de sua conectividade com os demais documentos do Vaticano II.

Gaudium et Spes

Nostra Aetate
RELIGIÕES
NÃO-CRISTÃS

Lumen Gentium

DEI VERBUM

Palavra de Deus

aos Povos

AD GENTES

Unitatis
Redintegratio
ECUMENISMO

Dignitatis
Humanae
LIBERDADE
RELIGIOSA

Igreja – Povo de Deus

Sacrosanctum
Concilium
SAGRADA
LITURGIA

Apostolicam
Actuositatem
APOSTOLADO
DOS LEIGOS

A missão da Igreja no mundo contemporâneo

1) Deus que é amor, é centro, origem e fim da missão da Igreja.

A recapitulação do mundo e da humanidade em Deus é o fim da missão da Igreja.

2) “Deus é amor” (1Jo 4,8.16) significa que Deus é relação.

Seu amor transborda, como “amor fontal”, do qual procede o *Logos* (o Verbo) e o *Pneuma* (o Espírito Santo).

Deus se revelou como Deus-Trindade (AG 2-4).

3) O amor de Deus, sua “antropia”, se concretiza nas missões do Filho (encarnação) e do Espírito (doação).

4) Jesus, o Enviado do Pai, é a Palavra viva de Deus que coloca os discípulos na linhagem da Missão de Deus (*Missio Dei*).

A centralidade da missão é a centralidade de Deus, que é amor, que se doou no Espírito, e, portanto, que está presente no mundo e nas pessoas, sobretudo, nos pobres.

5) A “antropia” de Deus, seu olhar para a humanidade não é um olhar distante ou distanciado.

O olhar de Deus é, ao mesmo tempo um estar, um estar presente no mundo, e um enviar ao mundo.

O Concílio traduziu essa presença de Deus pela palavra *aggiornamento*, fazer-se presente.

O fazer-se presente no mundo contemporâneo, o Vaticano II declarou uma tarefa eminentemente eclesial e, portanto, missionária.

6) Essa presença de Deus encontrou a sua expressão nos textos que falam da inserção, da inculturação, da assunção da humanidade e do seu mundo cultural diversificado (AG 3b, Puebla 400) e da opção pelos pobres (GS 88, AA 8c.d, CD 13a, Medellín XIV 3,9).

Também a metodologia do ver, julgar, agir tem uma conotação trinitária do *aggiornamento*: ver com o olhar de Deus, julgar segundo o discernimento do Espírito e agir segundo o exemplo de Jesus.

7) A Palavra de Deus aos povos (*Dei Verbum, Ad Gentes*) é o ponto de partida para a missão da Igreja-Povo-de-Deus.

Existe “alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade” (GS 24c).

É a Palavra de Deus, a Revelação, que instruiu os fiéis sobre Deus-Amor que é Deus-Palavra que se fez carne.

O rosto concreto do “Verbo Encarnado é solidariedade” (cf. GS 32).

8) O Verbo que se fez carne, na plenitude do tempo, é “médico corporal e espiritual” (SC 5a). O fim último da missão da Igreja é que Deus seja louvado em tudo e em todos.

A Constituição sobre a Sagrada Liturgia, o primeiro documento aprovado pelo Concílio (4.12.1963), por meio das discussões sobre a língua vernácula (SC 54) e a integração de elementos culturais da tradição dos povos na liturgia (SC 65), abriu timidamente caminhos para as discussões posteriores sobre o paradigma da inculturação.

9) Quando se quer saber de alguém, quem ele é, pergunta-se: “Você é natural de onde?”.

A Igreja, que se definiu como “povo-de-Deus peregrino” (LG, cap. 2), é “natural” de Deus e se dirige, em Jesus Cristo, a toda a humanidade.

A missionariedade da Igreja é “natural” por causa de sua origem no amor transbordante de Deus.

10) Jesus enviou seus discípulos para anunciar a boa notícia da assunção, da recapitulação e da reintegração da humanidade e do mundo no projeto de Deus (Nova Aliança).

A “Igreja Povo de Deus” vive o envio trinitário no seguimento de Jesus, anunciando o Reino como meta historicamente relevante e escatologicamente significativa.

O novo povo de Deus convoca toda a humanidade para o encontro definitivo com Deus.

11) A relevância histórica da missão está na sua vinculação com o projeto do Reino, que é uma proposta de ruptura com sistemas, lógicas, práticas e mentalidades, sem promessa de perfeição histórica.

Essa ruptura é vivida na proposta dialética de assunção e transformação do mundo (cf. GS 22b; LG 13b; AG 3b,22a.b; Puebla 400).

12) A Igreja é antes de qualquer estruturação hierárquica, povo de Deus. Como tal, todos os fiéis participam do sacerdócio comum (cf. LG 10) e da infalibilidade “no ato de fé”.

“Os fiéis, purificados que são pela unção do Santo (cf. 1Jo 2,20 e 27), não pode enganar-se no ato de fé” (LG 12).

Existe uma responsabilidade colegiada entre todos os batizados que têm um papel ativo na articulação, no desdobramento concreto e na propagação da fé (cf. LG 17).

A missão visa a povos adultos na fé e livres no Espírito.

13) O Povo de Deus tem por “condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus”, por “lei” o mandamento novo e por “meta” o Reino de Deus (LG 9b).

O Povo de Deus se constitui dos pequenos, dos pobres e dos excluídos.

Na lógica do Reino, os outros, os pobres e os que vivem na esfera sombria do mundo, são caminhos da verdade e porta para a Vida.

14) A centralidade de Deus, sua proximidade com os pobres e sua verdade que liberta exigem da Igreja uma natureza profética diante do antiprojeto do reino do pão não-partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação.

A natureza missionária da Igreja se desdobra em sua natureza mística (contemplação) e militante (luta).

Com base nos conflitos que envolvem os pobres e os outros, os excluídos e os que sofrem, compreende-se a missão como militância por um mundo melhor, por transformações históricas e pessoais.

15) A constituição pastoral *Gaudium et Spes*, com sua abertura e seu otimismo, é que mais corresponde, entre todos os documentos, às intenções que levaram João XXIII à convocação do Vaticano II.

Expressa a missão universal da Igreja como o Novo Israel que é constituído de todos os povos e nações e tem uma missão para toda a humanidade (cf. LG 13a; 45).

Universalidade significa que nenhuma pessoa seja excluída do amor de Deus.

**Missão e diálogo são expressões do bem-querer
recíproco, profundo e permanente do povo de
Deus para com a humanidade.**

16) A partir da universalidade, a ação evangelizadora se reveste de formas múltiplas, mas nunca isoladas ou individualistas (cf.GS 32, PO7).

No interior da “Igreja-povo de Deus” haverá, na unidade plural do Espírito Santo, uma certa comunhão e diversidade de bens, dons e metas.

17) O povo de Deus tem uma missão pública, histórica e profética, a serviço dos pobres, que é, ao mesmo tempo, uma missão escatológica.

Ele “pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo” (GS 3b), que veio ao mundo “para dar testemunho da verdade” (Jo 18,37) e “para servir e não para ser servido” (Mc 10,45).

E este serviço se desdobra no serviço à unidade dos cristãos (UR), à liberdade religiosa (DH), ao cultivo das relações com religiões não-cristãs (NA).

18) O povo de Deus é despojado no seu agir e aberto no seu anúncio.

Admite que também fora da Igreja há salvação (cf. LG 16; AG 7a).

O Vaticano II respalda a possibilidade da salvação aos seguidores de outras religiões (LG 16).

Nessa abertura, o diálogo faz sentido.

Deixa de ser uma artimanha estratégica e se torna uma categoria transcendental de liberdade e libertação.

DO TER MISSÕES AO SER MISSIONÁRIO

Autor: PAULO SUESS

Arte: Pe. Edson Luis Andretta